

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.564 - SC (2019/0291076-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS  
DE FLORIANÓPOLIS - SC  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DAS EXECUÇÕES  
CRIMINAIS DE CAMPINAS - SP  
**INTERES.** : FRANK GOMES NUNES  
**INTERES.** : JUSTIÇA PÚBLICA

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais de Florianópolis/SC em face de decisão do Juízo de Direito da Vara das Execuções Criminais de Campinas/SP que expediu carta precatória para que o Juízo suscitante acompanhasse a execução das penas impostas a FRANK GOMES NUNES.

Consta nos autos que o executado foi condenado a 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, do CP, por sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara criminal da Comarca de Limeira/SP, mantida pelo Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, e que transitou em julgado para a defesa em 15/12/2003, cf. certidão à e-STJ fl. 16.

O Juízo suscitado (de Campinas/SP) expediu carta precatória para que o Juízo suscitante acompanhasse a execução da pena no local em que o preso se encontrava recolhido, ao fundamento de que já havia solicitado o recambiamento do preso mais de uma vez, sem sucesso.

Por sua vez, o Juízo suscitante (de Florianópolis/SC) insiste na necessidade de transferência do sentenciado para presídio sob supervisão do Juízo prolator da sentença condenatória, seja em razão da superlotação das unidades prisionais de Florianópolis, seja em razão de que o executado não possui condenações em Santa Catarina, seja em virtude do fato de que o mero cumprimento de mandado de prisão não tem o condão de transferir o ônus do cumprimento da execução para outra jurisdição.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Instado a se manifestar sobre a controvérsia, o órgão do Ministério Público Federal que atua perante esta Corte opinou pela competência do Juízo suscitado (o de Campinas/SP), em parecer assim ementado:

*CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. PRISÃO EM COMARCA DIVERSA. COMPETÊNCIA DO JUIZ DA EXECUÇÃO DO LOCAL EM QUE FOI PROFERIDA A SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUIZ DE DIREITO DA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DE CAMPINAS/SP. PELA PROCEDÊNCIA DO CONFLITO, DETERMINANDO - SE A COMPETÊNCIA DO JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DE CAMPINAS/SP, O SUSCITADO, PARA APRECIAR E JULGAR O FEITO.*

É o relatório. Passo a decidir.

O conflito merece ser conhecido, uma vez que os Juízos que suscitam a incompetência estão vinculados a Tribunais diversos, sujeitando-se, portanto, à jurisdição desta Corte, a teor do disposto no art. 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Questiona-se, nos autos, se a prisão de condenado definitivamente em outro Estado ou Comarca, em razão de cumprimento de mandado de prisão expedido pelo Juízo prolator da sentença penal condenatória, autoriza a modificação de competência para o processamento da Execução Penal.

O art. 65 da Lei n. 7.210/1984 dispõe que a execução penal competirá ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença.

Note-se que é possível alterar a competência para a execução e fiscalização da pena, quando, por exemplo, houver transferência legal do preso para outra comarca, nos termos do art. 86 da Lei n. 7.210/1984, visto que, nesses casos, há a remessa do próprio processo de execução criminal. Todavia,

o simples fato de o condenado estar preso em Comarca diversa, em cumprimento de mandado de prisão expedido pelo Juízo prolator da sentença penal condenatória, não constitui causa legal de deslocamento da competência originária para a execução da pena.

Nesse sentido, confirmam-se, entre outros, os seguintes precedentes:

*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS CRIMINAIS ESTADUAIS: EXECUÇÃO DE PENA. PRISÃO EM OUTRA COMARCA. CUMPRIMENTO DE MANDADO. AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA LEGAL - ART. 86 DA LEP. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ONDE O RÉU JÁ ESTAVA CUMPRINDO SUA PENA.*

*1. O simples fato de o condenado que descumpriu as condições de livramento condicional vir a ser preso em Comarca diversa daquela competente para a execução da sentença, em cumprimento a mandado de prisão expedido pelo próprio Juízo da Execução, não constitui causa legal de deslocamento da competência originária para a execução da pena. Precedentes.*

*2. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Salto do Lontra/PR, o suscitado.*

(CC 141.826/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015)

*CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR. MUDANÇA PARA OUTRO ESTADO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. REGRESSÃO DE REGIME. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.*

*1. Não há deslocamento de competência para a execução da pena quando o sentenciado é preso em outra cidade, tendo em vista a expedição de mandado de prisão pelo Juízo da Execução Penal em razão do descumprimento das condições do benefício da prisão albergue domiciliar, porquanto não se trata de transferência legalmente efetuada. Precedentes.*

*2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal e Anexo das Execuções Criminais de Mauá/SP, o suscitado.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(CC 121.538/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 11/06/2012)

*CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PENAL. JUÍZOS CRIMINAIS ESTADUAIS. EXECUÇÃO PENAL. PRESO EM OUTRA COMARCA. CUMPRIMENTO DE MANDADO. AUSÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA LEGAL –ART. 86 DA LEP. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ONDE O RÉU JÁ ESTAVA CUMPRINDO SUA PENA. PRECEDENTES ANÁLOGOS.*

*Na hipótese dos autos, não se trata de uma transferência legal - art. 86 da LEP, pois o Juízo de Vilhena, ao efetuar a prisão do réu, estava cumprindo determinação da Delegacia de Polícia Federal, em razão de novo delito praticado.*

*O juízo no qual o réu já estava cumprindo sua pena, não perde, dessa forma, a competência para a referida execução penal.*

*Precedentes análogos.*

*Conflito conhecido, declarando-se a competência do Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Dourados/MS.*

(CC 39.908/RO, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/12/2003, DJ 02/02/2004, p. 268)

*CRIMINAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA LEGAL A MODIFICAR A COMPETÊNCIA. IMPROPRIEDADE DO DESLOCAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE.*

*Somente as transferências de sentenciados legalmente efetuadas podem alterar a competência do Juízo da execução da pena.*

*Não há como se deslocar a competência para a execução, na hipótese de condenado beneficiado com sursis que se mudou - sem autorização do Juízo da Execução de São Paulo - para cidade Mineira, onde acabou preso em função do mandado de prisão expedido pelo Juízo Paulista.*

*Transferência legal de sentenciado não configurada.*

*Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito do Juri e da Vara de Execuções Criminais de São Bernardo do Campo – SP, o Suscitante.*

(CC 33.355/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 18/02/2002, DJ 25/03/2002, p. 176)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, a transferência deve sempre ser precedida de consulta prévia ao Juízo da Execução responsável pelo presídio de destino, para verificação dos requisitos, dentre os quais, se há disponibilidade de vagas e concordância do Juízo para o qual o preso está sendo transferido.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte:

**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. MUDANÇA DE DOMICÍLIO DO APENADO POR VONTADE PRÓPRIA. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.**

*1. Conquanto seja possível alterar a competência do juízo para a execução e fiscalização da pena, nas hipóteses em que houver a transferência legal do preso, a simples mudança de residência do apenado, por vontade própria, não constitui causa legal de deslocamento da competência do Juízo da Execução Penal.*

*2. A transferência da execução da pena não pode ser determinada de maneira unilateral, sendo necessária a prévia consulta ao juízo para o qual o sentenciado pretende ser transferido, notadamente para se verificar a disponibilidade de vagas no sistema prisional local.*

*3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito de Mondai/SC, o suscitado.*

(CC 117.561/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 11/06/2012) – negritei.

**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DA PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR. MUDANÇA PARA OUTRO ESTADO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. REGRESSÃO DE REGIME. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.**

*1. Não há deslocamento de competência para a execução da pena quando o sentenciado é preso em outra cidade, tendo em vista a expedição de mandado de prisão pelo Juízo da Execução Penal em razão do descumprimento das condições*

*do benefício da prisão albergue domiciliar, porquanto não se trata de transferência legalmente efetuada. Precedentes.*

*2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal e Anexo das Execuções Criminais de Mauá/SP, o suscitado.*

(CC 121.538/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 11/06/2012) – negritei.

**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO DEFERIDA PELO JUIZ DE CHAPECÓ/SC. DETERMINAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA, A PEDIDO DO APENADO, COM A CONCESSÃO DE LIBERDADE PARA QUE ESTE SE APRESENTASSE ESPONTANEAMENTE NA NOVA COMARCA, SEM CONSULTA AO JUÍZO PARA ONDE PRETENDIDA A TRANSFERÊNCIA PARA A VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PENAL COMPATÍVEL COM O REGIME DEFERIDO. ENVIO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO À COMARCA DE IJUÍ/RS, QUE RECUSOU SUA COMPETÊNCIA, EM VISTA DA NÃO OBSERVÂNCIA DE PROCEDIMENTOS PARA A TRANSFERÊNCIA. APENADO QUE NÃO SE APRESENTOU PARA O CUMPRIMENTO DA PENA. NÃO EFETIVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA. COMPETÊNCIA QUE PERMANECE COM O JUÍZO ORIGINÁRIO. PARECER DO MPF PELA PERDA DE OBJETO DO CONFLITO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO, NO ENTANTO, PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO (CHAPECÓ/SC).**

*1. Não está prejudicado o conflito de competência, pois, embora o apenado não tenha comparecido à Comarca de Ijuí/RS, como determinado pelo Juízo suscitado, o fato é que o Juízo suscitante, ao que parece, não devolveu a PEC à Comarca de origem, que também não pediu a sua devolução, permanecendo a controvérsia sobre a competência.*

*2. A transferência para outra Comarca, a pedido do apenado, deve atender, em primeiro lugar, o interesse público e os propósitos da execução da pena.*

*3. Mormente em casos de progressão para regime aberto ou semiaberto, a transferência deve ser precedida de consulta ao Juízo onde se pretende alocar o reeducando, para verificar a existência de vaga em estabelecimento penal compatível, sob pena de inviabilização do sistema carcerário (art. 85 da LEP);*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*assim, até a resposta, o apenado deverá cumprir as condições do regime aberto no Juízo até então responsável pela execução da pena.*

*4. Na hipótese, como o apenado não compareceu no Juízo para o qual foi transferido, que não chegou a praticar qualquer ato relativo à execução de sua pena, inclusive por força da suscitação do presente conflito, permanece com o Juízo de Chapecó/SC a competência para dar continuidade à execução da pena, principalmente tomar as providências para a localização do réu.*

*5. Parecer do MPF pela perda de objeto do conflito.*

*6. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo da 3a.*

*Vara Criminal de Chapecó/SC, o suscitado, para o qual deverá ser devolvido o processo de execução da pena de Luís de Souza.*

*(CC 98.815/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 06/04/2010) – negritei.*

Na hipótese dos autos, o executado foi condenado à pena de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, do CP, por sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara criminal da Comarca de Limeira/SP, que transitou em julgado em 15/12/2003.

O mandado de prisão foi exarado pelo Juízo de Direito da Vara das Execuções Criminais de Campinas/SP.

O apenado foi localizado e preso na cidade de Florianópolis/SC em 09/07/2018.

Sua prisão em Florianópolis/SC, portanto, decorre de mandado expedido pelo Juízo de Direito da Vara das Execuções Criminais de Campinas/SP, o que, por si só, não constitui fundamento legal para autorizar a modificação de competência para a execução da pena, tanto mais quando, como no caso dos autos, o Juízo de destino afirma não existirem vagas no Sistema Penitenciário local.

De ressaltar-se que o caminho da expedição da carta precatória

# *Superior Tribunal de Justiça*

para acompanhamento de pena privativa de liberdade em regime fechado, como bem observou o Juízo suscitante, equivale a transferir, indevidamente, o ônus do cumprimento de sentenças condenatórias a quem não é competente para a execução da demanda, seja dizer, gerando efeito em tudo similar ao declínio indevido de competência.

Observo, também, que, a despeito de serem de conhecimento geral várias das dificuldades financeiras pelas quais passam alguns dos Estados da Federação, a eventual falta de verbas para providenciar o recambiamento de condenados presos em outros Estados não constitui fundamento legal para autorizar a modificação de competência para execução de pena privativa de liberdade, mas, sim, problema de administração penitenciária afeto às esferas do Poder Executivo, cuja solução não pode sobrecarregar outros Estados da Federação com ônus que não é seu.

Ante o exposto, com amparo no art. 34, XXII, do Regimento Interno do STJ, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara das Execuções Criminais de Campinas/SP, o suscitado, para dar continuidade à execução da pena definitiva do condenado.

Dê-se ciência aos Juízes em conflito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Ministro